

Lei n.º 10/93
de 6 de Abril

Obrigação de notificação prévia na utilização, por via aérea, de produtos fitofarmacêuticos
A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea d), e 169.º, n.º 3, da
Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º A utilização, por meios aéreos, de produtos fitofarmacêuticos destinados a
combater pragas, infestantes e doenç as das plantas cultivadas carece de notificação prévia.

Art. 2.º - 1 - Compete à empresa responsável pela pulverização aérea do produto ou dos
produtos fitofarmacêuticos efectuar a notificação.

2 - A notificação   dirigida às direcções regionais de agricultura e às administrações regionais
de saúde da área onde ocorrerá a operação até oito dias antes da data para ela prevista.

3 - Da notificação deve constar, para além da data prevista da aplicação, a localização da zona
ou zonas afect veis, o nome da empresa ou do agricultor que contratou a operação, a
designação do produto ou dos produtos a utilizar e as suas características principais, bem
como as especificações técnicas orientadoras da operação.

Art. 3.º Cabe às entidades referidas no n.º 2 do artigo anterior:

a) Avisar os proprietários dos terrenos situados nas áreas abrangidas pela operação, por edital
afixado nos locais do costume das freguesias onde se situam esses terrenos;

b) Organizar e conservar o registo das notificações;

c) Tomar todas as medidas que entenderem necessárias com vista   protecção da saúde
pública e do ambiente em geral.

Art. 4.º A notificação das entidades acima mencionadas não dispensa as empresas
responsáveis pelas operações de assegurar o cumprimento das normas de conduta e seguranç a
exigíveis e de tomar as providências necessárias para minorar eventuais consequências
gravosas das aplicações.

Art. 5.º Os registos das notificações a que se refere a alínea b) do artigo 3.º devem estar
disponíveis para consulta pública, nomeadamente das associações de agricultores e de defesa
do ambiente ou de entidades que se julguem afectadas pela prática das citadas operações.

Aprovada em 16 de Fevereiro de 1993.

O Presidente da Assembleia da República, Ant nio Moreira Barbosa de Melo.

Promulgada em 19 de Març o de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendada em 22 de Març o de 1993.

O Primeiro-Ministro, Aníbal Ant nio Cavaco Silva.